política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Ajuste fiscal passa na Câmara



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

A Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta terça-feira o Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/26, que prevê ajuste fiscal nas contas públicas em 2027. O PLP muda as regras fiscais para permitir que o Executivo limite a execução de despesas a fim de alcançar as metas de superávit primário e tem impacto positivo estimado em mais ou menos R$ 56 bilhões nas contas públicas do ano que vem. Ao discursar do plenário durante o debate, Bohn Gass (PT, foto), disse afirmou: "Todos os agentes do mercado que tinham na candidatura do fujão Flávio Bolsonaro a possibilidade de concretizar o seu projeto, jamais vão admitir o resultado do povo, que elegeu o presidente Lula. É por isso que continuam tensionando, jogando o dólar lá para cima, enfraquecendo a nossa moeda, alterando a Bolsa com chantagens e pressões, exatamente para imprimir o seu desejo. Com isso, queriam desconstituir, tirar da Constituição brasileira os mínimos constitucionais da educação, da saúde, mexer para que o salário mínimo jamais fosse reajustado acima da inflação, desvincular o reajuste dos aposentados do reajuste do salário-mínimo. Era essa a proposta que estava colocada", discursou.

Corrida acirrada pelos 41 votos

A disputa pela presidência do Senado em 1º de fevereiro de 2027 está equilibrada entre Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e Rogério Marinho (PL-RN). Nos levantamentos baseados nas bancadas partidárias, Alcolumbre larga com 33 cadeiras associadas - reunindo PT, MDB, PSD e a federação União Brasil-PP - enquanto Marinho soma 32 apoios formais vindos do PL e do Novo.

Desfecho depende da conquista

Com o placar exigindo maioria absoluta de 41 dos 81 senadores, o desfecho depende da conquista dos 16 parlamentares fora dos blocos iniciais e da tentativa de controle sobre as "traições" que podem ocorrer no voto secreto. Respaldado pelo Palácio do Planalto e visto com simpatia pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Alcolumbre tenta atrair nomes da ala moderada do PL. Um dos movimentos mais comentados nos bastidores foi a escolha de Eduardo Gomes (PL-TO) para a relatoria da LDO de 2027 - posto antes recusado por Tereza Cristina.

O fator Tereza Cristina

A candidatura própria de Tereza Cristina (PP-MS) desponta como a principal variável capaz de redesenhar o tabuleiro da sucessão no Senado. Embora a federação União Brasil-PP tenha formalizado apoio a Davi Alcolumbre, os seis senadores pepistas não garantem votação em bloco - racha já exposto por dissidências como a do senador eleito Guilherme Derrite (PP-SP), contrário à recondução do atual presidente. Caso a ex-ministra unifique a bancada do PP, a base inicial atribuída a Alcolumbre cairia de 33 para 27 cadeiras.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323

Lula sanciona ajuste fiscal um dia após aprovação

Rearranjo nos gastos da União prevê maior contenção em 2027

/ GOVERNO FEDERAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou sem vetos nesta terça-feira o projeto de ajuste fiscal aprovado pelo Congresso Nacional, que ficou conhecido como plano Moretti.

A proposta de ajuste nos gastos da União, elaborada pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, prevê medidas para elevar a arrecadação e permitir maior contenção de gastos a partir de 2027. As medidas de contenção acalmam ânimos do mercado, que voltou a cobrar responsabilidade fiscal para o próximo mandato de Lula.

O plano desagradou alas da esquerda, que disseram que a proposta poderia trazer cortes nas áreas de saúde e educação, o que foi desmentido pelo ministro.

A sanção foi feita de forma protocolar, sem cerimônia, e publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

O texto-base da proposta foi aprovado na noite desta segunda-feira por 353 votos favoráveis, 128 contrários e cinco abstenções - eram necessários pelo menos 257 votos. Os deputados rejeitaram sugestões de modificação ao projeto. O impacto estimado no texto é de R$ 50 bilhões nas contas de 2027.

A proposta dá instrumentos para o governo perseguir o centro da meta fiscal, ao prever gatilhos para aumentar a contenção de gastos no Orçamento, corte de benefícios fiscais e limite ao uso de créditos tributários, entre outras medidas.

A votação acelerada do texto nesta segunda-feira teve como pano de fundo a divulgação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Isso porque um dos dispositivos retira do cálculo da meta fiscal de 2026 até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios a produtores e importadores de óleo diesel. Se o texto não fosse aprovado, o governo precisaria contingenciar esse valor em recursos do Orçamento.

A oposição criticou a proposta do governo Lula, que foi recebida com desconfiança pelo mercado financeiro. O dólar chegou a bater R$ 6 na segunda-feira, antes de fechar o dia a R$ 5,92. Ainda assim, 7 deputados do PL votaram a favor do texto; 86 foram contrários.

O PSOL decidiu obstruir a votação. O líder do partido, Tarcísio Motta (RJ), afirmou que a posição era coerente com a trajetória do partido. O deputado Lindbergh Farias, que já havia liderado o fogo amigo contra o ajuste do governo no Senado, foi o único parlamentar do PT a discursar contra a proposta no plenário.

Deputados apresentaram destaques para mudar o texto. Alguns tentam retirar a possibilidade de o governo limitar a compensação de créditos tributários pelas empresas. O PL apresentou uma sugestão que busca retirar do projeto o artigo que reduz os repasses da União a Estados e municípios para compensar perdas de arrecadação provocadas pela Lei Kandir.

VINICIUS LOURES / CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



Texto-base do projeto de lei foi aprovado por 353 votos favoráveis

Publicada regra que evita pagamento extra com fim da 6x1

/ TRABALHO

Os empregadores não vão precisar pagar valores extras aos trabalhadores pelo segundo dia de descanso semanal remunerado com o fim da escala 6x1 a partir de 16 de dezembro, segundo portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, publicada nesta segunda-feira. Esse era um dos temores no setor empresarial a respeito da implantação da escala 5x2, já que, até então, o trabalhador tinha direito a apenas um descanso remunerado e, conforme a emenda constitucional 141, passará a contar com dois repousos semanais remunerados.

A medida consta na portaria MTE 2.041/2026. A expectativa era que ela viesse no decreto 13.173, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na quinta-feira, mas o documento tratou apenas do divisor das horas de trabalho.

"A portaria 2.041/2026 traz uma definição importante para as empresas: o segundo dia de repouso semanal, criado pela emenda constitucional 141, não aumenta o salário do mês nem multiplica os reflexos sobre horas extras e verbas variáveis", afirma a advogada Silvia Rebello Monteiro, sócia trabalhista do Urbano Vitalino Advogados.

Segundo ela, para quem recebe por mês, como a maioria dos trabalhadores, os dois repousos já estão incluídos no salário, que permanecerá o mesmo. Já para quem recebe por hora, o valor da hora deverá ser ajustado para que a remuneração mensal continue igual à média dos últimos 12 meses. "Os dois dias de repouso são remunerados em conjunto, por um valor único", explica.

Silvia Ribeiro afirma ainda que nas empresas que já reduziram a jornada, o custo não muda, mesmo com a alteração do divisor, feita por decreto publicado pelo governo na semana passada, mas, nesse caso, há reflexo em horas extras, adicional noturno e outras parcelas calculadas por hora. O divisor, que antes era 220 passa para 210 e, depois, para 200.